

ELEIÇÕES DO SINPRO E GREVE DE 2025:

a falência de um modelo sindical apodrecido



GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR - GLP
glp.nacional@inventati.org • www.oamigodopovo.noblogs.org



Cartilha: Eleições do SINPRO e greve de 2025: a falência de um modelo sindical apodrecido.

Organização e Publicação: Grupo Libertação Popular (GLP).

Brasília-DF, novembro de 2025.

GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR - GLP

- Email: glp.nacional@inventati.org
- Site: www.oamigodopovo.noblogs.org
- Instagram: [@libertacao.popular](https://www.instagram.com/libertacao.popular)
- Telegram: t.me/libertacaopopular

ÍNDICE

1 – Introdução: a década perdida	5
2 - Eleições do SINPRO de 2025	7
2.1 – A chapa 2 e a construção de uma política unitária de oposição	7
2.2 – A chapa da burocracia sindical: PT, PCdoB e... PSOL!	10
2.3 - Os dados eleitorais e a contradição entre o real e institucional	14
3 - A greve de 2025	17
3.1 - Os primeiros passos e desafios da greve	18
3.2 - Falidas estratégias da burocracia sindical: cretinismo parlamentar e criminalização da ação direta	20
3.3 - O fim da greve e o ponto máximo do conflito direção-base	23
4 – CTE, o golpe final	25
5 – Conclusão: Professores do povo, trabalhar mais e mais pela base	28

ELEIÇÕES DO SINPRO E GREVE DE 2025:

a falência de um modelo sindical apodrecido

1 – Introdução: a década perdida

O conturbado primeiro semestre de 2025 ficará marcado para sempre na memória coletiva dos professores do Distrito Federal. A primeira imagem que vem à mente é, sem dúvida, o golpe efetuado pela diretoria do SINPRO (PT/CUT e PCdoB/CTB) na assembleia geral do dia 25 de junho de 2025 para colocar fim à greve através do uso autocrático do poder, atropelando a decisão soberana e combativa da categoria de continuá-la até a vitória.

Mas essa imagem revoltante é, digamos, a camada mais aparente de um problema muito mais profundo. Foi a manifestação em mais alto grau de um modelo sindical burocrático e pelego que se expressa em um sem-fim de outras práticas menores e corriqueiras há muitos anos, responsável pelo histórico de mais de uma década de enfraquecimento da nossa luta e retrocessos em nossos direitos. É a ponta do *iceberg* de uma década perdida.

Assim, apesar da legítima indignação que se espalhou como rastilho de pólvora pela categoria, e apesar de uma categoria intelectualizada (mais de 70% com nível de pós-graduação), ainda temos dificuldade de compreender as raízes do problema e, logo, como construir alternativas a ele. Ainda há muitos colegas que acham que aquilo foi uma exceção, se veem traídos, decepcionados por seus líderes, mas passado algum tempo do ocorrido (e por uma série de relações de coleguismo, chantagens e ilusões capilarizadas

pelas “claques” das correntes sindicais) se realinham novamente à diretoria, normalizando e legitimando suas práticas e discursos nefastos. É funcional à diretoria que o absurdo seja visto como um “deslize”.

Também há àqueles que veem a gravidade do problema, mas, diante de tanta safadeza e de um problema nada fácil de resolver, se sentem impotentes e cansados para disputar e construir novos rumos da luta. A máquina de controle/poder burocrático da atual diretoria do SINPRO é muito bem montada, testada, refinada, por cerca de 30 anos. Diante de um jogo de cartas marcadas, muitos acabam por escolher o caminho das saídas individuais e locais, da falta de esperança em mudanças coletivas e sociais mais amplas. Conjugando o modelo sindical falido e os retrocessos na Educação, isso tem levado muitos a desistir da própria carreira.

Nós entendemos tudo isso, nós estamos no chão da escola, não somos políticos nem sindicalistas profissionais. Mas acreditamos que a mudança não só é possível e necessária, ela está ocorrendo, ora lentamente, ora por choques violentos. Mas é um processo político-social que não respeita o nosso tempo e impaciência individual. Para aqueles que estão há mais de 10 anos na SEEDF não é difícil perceber, apesar de todo cansaço, que o acúmulo das experiências coletivas da categoria têm fortalecido um aprendizado histórico de desconfiança e crítica ao atual modelo sindical apodrecido. Não é difícil perceber que há uma mudança geracional, de jovens e combativos professores submetidos a contratos temporários, que não se encaixam nem se submetem ao velho modelo sindical.

A contradição política entre o resultado das eleições do SINPRO e o resultado da greve demonstra a situação de crise profunda que vivemos. Como disse o filósofo Antonio Gramsci: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem”. O golpe sujo para encerrar a greve foi, sem dúvida, um desses sintomas mórbidos. Mas vejamos também um outro lado desse sintoma, ele só se manifestou daquela forma (abjeto e explícito!) por que houve resistência, porque existia uma base mais indignada e consciente e uma oposição

sindical mais organizada (o fórum de oposições Alternativa). Aí estava o choque entre o Velho e o Novo.

Nós do Grupo Libertação Popular (GLP), atuando em unidade com outros coletivos no fórum de oposições Alternativa, pretendemos nesse texto contribuir para o acúmulo político e analítico de todos os professores do povo, dos professores revolucionários, e de forma mais ampla com toda a nossa categoria. Assim como fizemos em nossa cartilha de 2024 “As eleições do SINPRO e a unidade das oposições”, damos aqui continuidade à essa busca difícil e tortuosa de compreender a crise atual, desvendar os detalhes e a profundidade dos problemas que enfrentamos, com o anseio de que sirva para cimentar mais e mais as forças sociais e políticas de transformação por um novo SINPRO: organizado de baixo para cima (com poder real às bases), sem rabo preso com governos e instituições burguesas, orientado pela estratégia da ação direta de massas.

Boa leitura!

Professores do povo, juntem-se ao Grupo Libertação Popular!

2 - Eleições do SINPRO de 2025

A última eleição para o SINPRO precisa ser analisada em sua profundidade. Já apresentamos na nossa cartilha de 2024 (citada anteriormente) uma série de elementos prévios sobre os limites e a importância de disputar as eleições do SINPRO, onde delimitamos também a nossa linha política classista e combativa para o movimento sindical. Não repetiremos aqui todos os argumentos, nos cabe agora avançar à luz dos grandes acontecimentos de 2025.

2.1 – A chapa 2 e a construção de uma política unitária de oposição

Desde o início de 2025 o debate sobre a eleição do nosso sindicato já apareceu nas escolas e nas articulações de coletivos e militantes sindicais. Nós defendemos desde aquele momento a construção de um processo

amplo de unidade dos coletivos de Oposição Sindical sob um programa que combatesse pela raiz, e com medidas concretas, os dois principais males que atualmente acometem a nossa entidade: 1) a burocratização sindical, ou seja, a falta de poder real para as bases da categoria e os métodos antidemocráticos, inclusive durante o processo eleitoral; 2) o peleguismo sindical, ou seja, a política de conchavos com o governo e submissão à política parlamentar-eleitoreira.

Assim, apesar das diferenças que podem existir, e de fato existem, entre os grupos de oposição, superar as nossas diferenças para derrotar a atual diretoria pelega e burocrática é absolutamente vital para a retomada da mobilização coletiva, confiante e vitoriosa da nossa categoria. O fim da greve de 2025 deu razão a essa análise da pior forma possível.

A partir desse entendimento, o fórum de oposições Alternativa, que reúne diversos coletivos sindicais e ativistas independentes, organizou no dia 15 de março de 2025 no auditório do GISNO a 1ª Plenária Unificada de Oposições. Como preparação foram confeccionados panfletos e cartazes convocando a categoria, distribuídos nas escolas, levando à participação de mais de 40 professores para debater a campanha salarial (e a necessidade de construção de uma greve) e as tarefas políticas da Oposição.

Foram organizadas outras Plenárias abertas com dezenas de professores, essenciais para consolidar um espaço orgânico e presencial de debates e deliberações. Nesse processo a Alternativa se fortaleceu, reunindo mais coletivos e ativistas, aprovando um Programa Unitário e formando a Chapa 2 “Alternativa - Unificando oposições”. Além dos professores independentes, os coletivos sindicais e partidos que compuseram a Chapa 2 foram: GLP, Reviravolta/PSTU, Unidos pra Lutar/PSOL, MLC/UP e PCBR.

Outro grupo de “oposição” chamado MUP (Movimento de União dos Professores), que depois formaria a Chapa 3, enviou dois representantes à 1ª Plenária mas se negou desde ali a construção conjunta e nunca mais apareceu. O que parecia apenas uma posição sectária e personalista de uma de suas lideranças se demonstrou muito mais grave: foi demonstrado que o MUP é um grupo dirigido por uma corrente do PT que foi há muitos anos da diretoria do SINPRO. De duas, uma: ou a formação da Chapa 3

tinha como objetivo recolocar essa corrente petista na diretoria do SINPRO, ou, o que é o mais provável, a Chapa 3 foi uma chapa “laranja” que atuou em conluio com a atual diretoria para dividir os votos de oposição. Em ambos os casos, o forte discurso “apartidário” da Chapa 3 caiu por terra, é uma fraude oportunista, o MUP tem rabo preso com correntes do PT/CUT. Alguns membros do MUP, percebendo a fraude, romperam com ele e hoje constroem a Alternativa, uma oposição de verdade.

A política de unidade que levou à formação da Chapa 2, ao mesmo tempo ampla e coesa, pautada em Programa e em colaboração mútua, demonstrou ainda mais o seu potencial com o início da campanha. Apesar de todas as dificuldades, a campanha da Chapa 2 foi uma pequena demonstração do potencial que tem uma oposição não dogmática, pautada em um Programa concreto, facilmente compreensível e, principalmente, que traduza os anseios de transformações democráticas e novas formas de luta sindical. A Chapa 2 foi recebida com entusiasmo, interesse e adesões na maioria das escolas. A campanha gerou uma forte politização (subestimada pela diretoria) que foi ampliada na greve. A insatisfação à atual diretoria já era muito forte no chão da escola. Infelizmente, grande parte dessa energia não se converteu em votos. Veremos o porquê disso mais a frente.

Apesar dos pontos positivos da Chapa 2 (tanto internamente quanto em relação ao trabalho de base), não podemos ser triunfalistas, a Oposição foi derrotada mais uma vez pelos burocratas da CUT/PT e isso custará muito caro para nossa categoria. É preciso assumir nossa parcela de responsabilidade e autocritica. Não venceremos a máquina de manipulação, mentiras e privilégios da atual diretoria com vitimismo e autocomplacência. É preciso transformar toda justa indignação em organização. Organização é poder. O poder dos burocratas e pelegos só irá ceder perante um poder ainda maior, de uma Oposição com enraizamento na base; com um Programa amplamente difundido e defendido por uma parcela significativa dos professores; com uma ampla campanha de filiação dos insatisfeitos. Essas e outras condições não são impossíveis, tampouco cairão do céu, é preciso lutar e se organizar a curto, médio e longo prazo.

2.2 – A chapa da burocracia sindical: PT, PCdoB e... PSOL!

A atual diretoria do SINPRO, formada pelas mesmas forças políticas (PT e PCdoB) há cerca de 30 anos, com alguns diretores há mais de uma década sem pisar em sala de aula, se organizou para a reeleição na Chapa 1 “Mais lutas, mais conquistas” (sic!). A novidade foi a inclusão do PSOL na chapa, mais especificamente a corrente “Revolução Solidária”, mesma corrente do ministro Guilherme Boulos, ligada ao MTST e à Intersindical. Como veremos, as mudanças na política nacional interviam diretamente nas eleições, seja pelo apoio do MDB (partido do governador Ibaneis Rocha) à chapa 1, seja pela integração plena de setores do PSOL ao Lulismo e à burocracia sindical.

Ao longo dessas décadas, e se utilizando da estrutura do Sinpro, da CUT e de seus partidos, a atual diretoria e suas correntes sindicais formaram em torno de si “grupos de pressão e de apoio” que chamaremos aqui de claques. As claques são formadas por professores da base, ex-diretores e aposentados, que por uma série de mecanismos (coleguismo, troca de favores, confiança, saudosismo, participação em cursos e churrascos) se tornam devotos de um tipo de teologismo sindical, “manda que eu obedeço”, renunciando ao pensamento crítico. A claque é convocada em momentos importantes para apoiar as propostas da diretoria: eleições, greves, congressos. Em sua maioria, os membros da claque não tem uma prática sindical ativa em suas escolas, ao contrário, são desconfiados e avessos (tal qual a diretoria) às mobilizações pela base. São conservadores, liberais e obedientes. Por não terem cargos na diretoria se passam por “íntegros e ilibados”, quando na verdade cumprem um papel essencial e nefasto de naturalização das derrotas da categoria e dos absurdos antidemocráticos da atual diretoria.

Falar da claque, combater sua ideologia e seus procedimentos, é fundamental. Seja para compreender a realidade, nossos desafios como Oposição e também o que não devemos repetir quando a atual diretoria for derrubada. É uma verdade incômoda. Toda e qualquer reorganização do nosso sindicato deve rejeitar esse teologismo sindical abjeto e degradante, que

reduz professores a gado e número, enfim, a mais pura expressão da massa de manobra. A Oposição precisa crescer em número, mas não dessa forma.

A mobilização da claque durante a eleição se fez sentir desde o primeiro momento. Na assembleia de escolha da Comissão Eleitoral brotaram professores, há anos desaparecidos, com bonezinhos e adesivos políticos. Apesar de sua maioria incontestada, a diretoria encaminhou a votação da Comissão sem nem abrir falas para a base presente, decerto com medo que algum argumento racional da Oposição pudesse baquear a obediência de algum “sumido” da claque. Além de propor seus nomes para a Comissão, a Oposição propunha fazer um debate político sobre o processo eleitoral e medidas democratizantes que dessem uma maior isonomia entre as chapas concorrentes, tais como: urna eletrônica (proposta prevista no estatuto do sindicato e reivindicada em abaixo assinado pela Oposição desde o final de 2024), liberação de sala de todos os membros das chapas concorrentes (e não um privilégio da atual diretoria), verba sindical igualitária para as campanhas de cada chapa, dentre outras. Em contrapartida, aumentando o seu poder e aparelhamento, a diretoria elegeu todos os membros da Comissão, sendo o presidente dela nada mais nada menos que o presidente da CUT-DF.

Durante o processo ficou claro para nós que a luta era de Davi contra Goliath. A corrupção da nossa entidade é legalizada e estrutural, entendendo aqui corrupção no seu sentido mais amplo e não no sentido resumido a “atos ilegais”. Os privilégios institucionais e econômicos da atual diretoria são inúmeros frente as chapas concorrentes. O processo está corrompido não necessariamente porque alguém sai correndo com uma urna debaixo do braço (o que é, aliás, prática conhecida das burocracias sindicais do PT/CUT em diversos sindicatos), mas principalmente porque todo o processo é viciado, cheio de privilégios à chapa da situação. A corrupção assim é requintada com ares de legitimidade.

Mesmo se apoiando em seus privilégios de casta burocrática, a chapa 1 se assustou com o peso político e enraizamento da campanha da chapa 2. Apelou então para o apoio especial de políticos e personalidades. Se o apoio não vinha de baixo, que viesse de cima. Acendeu uma vela pra Deus e outra

pro diabo, revelando seu pior lado. Para além de um sem-fim de vídeos de políticos da chamada “esquerda” e da “bancada da educação” (sic!), o apoio que surpreendeu a todos, pois revelou de forma cristalina algo que já vínhamos denunciando há tempos, foi o vídeo do deputado Wellington Luiz (MDB) em apoio à chapa 1, vídeo gravado inclusive no mesmo dia de uma mesa de negociação entre o SINPRO e o GDF. Wellington Luiz é policial civil, presidente do MDB-DF (partido de Ibaneis Rocha) e presidente da Câmara Legislativa do DF, ou seja, é o maior representante do governo Ibaneis no Poder Legislativo.

Afinal, por que a chapa 1 do PT, PCdoB e PSOL receberia o apoio público do Governo Ibaneis? Poderíamos fazer aqui uma longa análise histórica e teórica, não é necessário, basta colocar esse fato ao lado da forma como foi encaminhada a greve e ainda colocar ao lado o arco de alianças que forma a política de “frente ampla” do governo Lula-Alckmin. É absolutamente claro que nos diferentes governos do DF na última década, em especial nos dois mandatos de Ibaneis, o modelo sindical do SINPRO beneficiou esses governos. O apoio de Wellington Luiz (MDB) à chapa 1 relevou até onde vai os conchavos e as trocas de favores da atual diretoria com os nossos inimigos.

O apoio de um autêntico representante do Governo à chapa 1 foi denunciado amplamente pela Oposição Alternativa (chapa 2), nos meios virtuais, nas passagens em escolas, levantando gritos de indignação da base. Explicávamos também aquilo era uma expressão visível, feia, revoltante, de décadas de um tipo de sindicalismo praticado pela diretoria do SINPRO. Apenas a claque e os isentões se mantiveram impassíveis. Até mesmo a claque teve que se calar, fingindo que aquilo não aconteceu ou menosprezando o fato (“eu também discordo, mas não é tão grave assim”), enfim, naturalizando o apoio do nosso maior inimigo àqueles que dizem nos representar. Até que o vídeo foi tirado do ar.

Por fim, em meio a um processo eleitoral já em curso, com uma boa campanha sendo feita pela Oposição, com um forte apelo da base pela construção de uma greve, a diretoria do SINPRO marcou a assembleia geral com indicativo de greve para o dia 27 de maio, apenas um dia antes das

eleições do sindicato que ocorreram nos dias 28 e 29. É óbvio que aquilo teria um impacto no processo eleitoral, e é óbvio que era exatamente isso que perseguia a burocracia sindical. Qualquer pessoa minimamente crítica sabe disso. Era óbvio também que esse uso eleitoreiro, por parte da chapa 1, de uma demanda legítima em *prol* da greve por parte da ampla massa da categoria era um jogo perigoso, além de asqueroso, por vários motivos. Primeiro que isso obviamente seria (e foi) usado pelo Governo Ibaneis para deslegitimar o movimento. Segundo, e principalmente, porque ao contrário da diretoria que via a greve como um meio de se manter no poder, a categoria queria construir um movimento paredista autêntico, forte e até a vitória.

Não é certo que a greve de 2025 foi um “movimento eleitoreiro” como tachou o nosso inimigo Ibaneis Rocha (MDB). A greve foi uma demanda legítima que surgiu e se fortaleceu desde a primeira assembleia da campanha salarial de 2025, em uma categoria indignada por anos de retrocessos e arrocho salarial. Por outro lado, é certo que a convocação de uma assembleia para o início da greve um dia antes das eleições sindicais foi uma das táticas mais sujas, oportunistas e irresponsáveis da atual diretoria. Aprovada a greve e ganho as eleições, na semana seguinte a diretoria já propunha acabar a greve sem nenhuma conquista, tamanha a cara de pau! Mas isso é algo que debateremos mais a frente. O que deve ficar claro é que, não só a derrota, mas as cenas lamentáveis na última assembleia, são de inteira responsabilidade dessa política oportunista, mesquinha e irresponsável. Não importa humilhar e degradar nossa categoria se isso lhes render mais alguns anos com cargos e benesses.

Nos dois dias de votação a chapa 1 organizou um grande operativo de boca de urna, mobilizando mundos e fundos: a claque de fanáticos, muitos cutistas e petistas aleatórios, afora os diretores liberados e aposentados. O uso da máquina sindical durante o processo eleitoral também se fez sentir pelo acesso privilegiado à informação, do itinerário das urnas, do tempo que ficam em cada escola (a depender se tinham mais votos para uma ou outra chapa), etc. Uma forte mobilização da Oposição para a boca de urna é fundamental se quiser neutralizar essa tática da direção, fica a lição.

2.3 - Os dados eleitorais e a contradição entre o real e institucional

Na madrugada do dia 29 para 30 de maio foi feita a cansativa e arcaica apuração em cédulas de papel das eleições do SINPRO, dando a vitória para a chapa 1, com 57% dos votos válidos, a chapa 2 ficando com 28,3% dos votos e a chapa 3 “laranja” ficando com 13,7% dos votos. Vale lembrar que antes mesmo do escrutínio começar tivemos que lidar com a situação grotesca da divulgação da vitória da chapa 1 no site do sindicato, mais um desrespeito com a categoria e com as demais chapas.

Mas se nas escolas a campanha da chapa 2 de Oposição estava tão forte, se a indignação da categoria já era grande antes mesmo da greve, por que isso não se converteu em vitória da Oposição nas urnas? Para responder a essa questão é fundamental analisar a composição social tanto da nossa categoria quanto do nosso sindicato. Alguns dados são elucidativos e ajudam nesse entendimento.

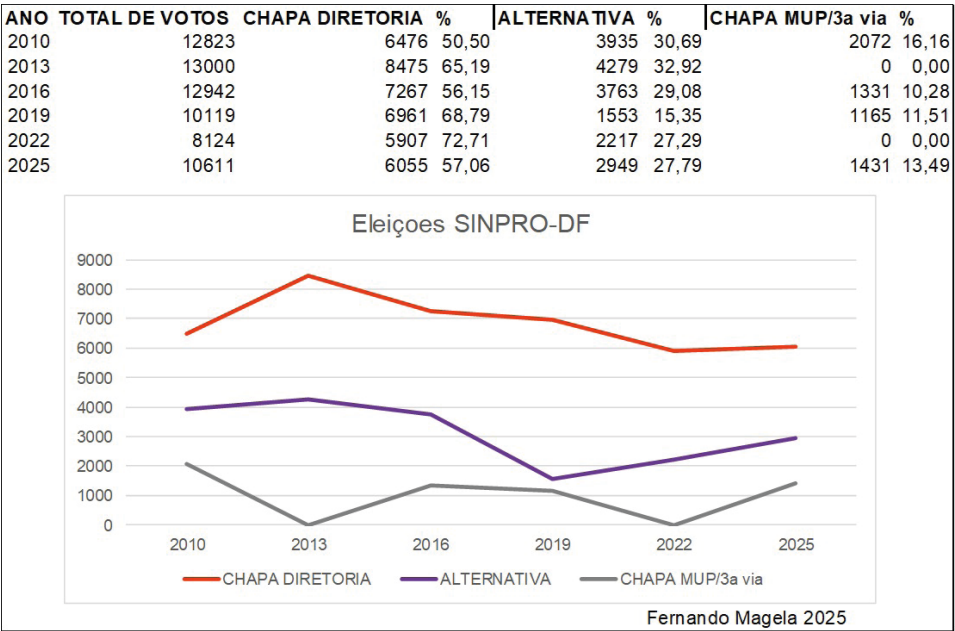
A maioria da categoria em sala é de professores em contrato temporário. Segundo os dados do relatório “Professores temporários nas redes estaduais do Brasil – Abril/2024”, entre os anos de 2013 e 2023 no Distrito Federal houve um aumento de 118% no número de temporários e diminuição em 37% o quadro de efetivos. Segundo os dados do Censo da Educação Básica 2024 (INEP) o DF chegou a superar os 60% de temporários em 2024. Em meados de 2025 a SEEDF divulgou que o número diminuiu para 40%, com 15.313 professores nessa situação. Fato é que a precarização do trabalho docente é a principal marca da mudança da nossa categoria na última década.

Essa realidade, no entanto, não se expressa nas eleições do Sinpro. Vejamos os dados fornecidos pela Comissão Eleitoral: dos 37.250 filiados aptos a votar, 20.817 eram aposentados, 15.164 eram efetivos e 1.269 eram contratos temporários (apesar de serem aproximadamente 6 mil sindicalizados mas a maioria não estava em dia com a contribuição). Ou seja, a maioria apta a votar são os aposentados que, apesar de importantes, não estão sofrendo na pele os dilemas e retrocessos no chão da escola. Depois vem os efetivos, com um grande número de filiados. Por fim, os temporários, com uma ínfima parcela

apta a votar (8% do total de temporários), e isso apesar de 6 mil sindicalizados, já que no caso dos temporários a contribuição sindical não é descontada direto na folha, fica a cargo do próprio professor pagar todo mês através de boleto.

Ou seja, há uma descompasso evidente entre a composição social dos trabalhadores da educação do DF e a representatividade oficial do SINPRO. A boa campanha nas escolas pela chapa 2, com apoio real e entusiasmo de uma grande parcela dos professores, dentre eles um número significativo de jovens e temporários, não foi capaz de se converter em votos válidos para a vitória da Oposição. Ficou difícil para a Oposição chegar ao maior público votante (de aposentados) concorrendo com quem usa informações do sindicato para enviar (irregularmente) às vésperas das eleições mensagens de email, whatsapp, cartas, afora os passeios para parques aquáticos, etc. Como veremos mais a frente, na contramão de resolver esse descompasso entre a institucionalidade e a realidade, a proposta da atual diretoria para o congresso estatutário do Sinpro é excluir ainda mais os temporários da entidade, ampliando o poder dos aposentados.

Vejam os abaixo um importante gráfico com a série histórica das eleições do SINPRO organizado pelo professor Fernando Magela, membro da oposição Alternativa:



Junto ao gráfico Fernando também circulou uma breve análise dos dados, a qual reproduzimos o trecho abaixo:

“(...) a análise dos números revela uma estagnação da gestão atual, mesmo diante do aumento do número do eleitorado. Em 2022, o total de votos foi de 8.124, com a Chapa 1 obtendo 5.907 votos e a Chapa 2 alcançando 2.217. Em 2025, houve um incremento expressivo de 2.487 eleitores, totalizando 10.611 votos válidos. Apesar disso, a Chapa 1 cresceu apenas 148 votos (chegando a 6.055). Já as chapas de oposição apresentaram um avanço considerável: a Chapa 2, mesmo com a divisão de votos da Chapa 3, aumentamos a votação em 732 votos (totalizando 2.949), e a Chapa 3 obteve 1.431 votos.

Este desempenho das oposições, embora insuficiente para vencer, demonstra um crescimento expressivo e reflete a crescente insatisfação da categoria com a gestão vinculada à CUT, que permanece no comando do sindicato há 26 anos. Há, portanto, uma margem clara de crescimento para as forças de oposição.

Identificamos um grande desafio: muitos professores que apoiam a oposição não são sindicalizados ou se filiaram há menos de seis meses da eleição, o que os impede de votar. Para superar este obstáculo, é fundamental organizar a base e promover a campanha de sindicalização desde agora até os seis meses anteriores ao próximo pleito.”

Ainda mais depois da última greve há um grande campo aberto para o crescimento da Oposição. No entanto, esse crescimento quantitativo e de legitimidade precisa ser transformado no médio prazo em capacidade real de influir nas instancias do sindicato (assembleias, eleições, comando de greve, etc.). Por outro lado, e mais ainda depois do desastre da última greve e o alto número de desfiliações e desilusão com o SINPRO, esse salto qualitativo da Oposição só pode ocorrer de baixo para cima, com uma profunda luta ideológica e política centrada nas bases, no chão das escolas, é lá que está o âmago da indignação e das forças de renovação da categoria no curtíssimo prazo, e não nas disputas dos espaços sindicais viciados.

Esse disputa pela base poderá ser mais custosa, paciente, menos recompensada com *likes* e visibilidade, mas é o único caminho para o acúmulo de

forças necessário para a derrubada da diretoria pelega e burocrática e na construção de uma nova história para o nosso sindicato. Nesse processo, nossos meios (militância e organização pela base) serão as sementes dos nossos objetivos finais (um sindicato mais democrático, independente e de luta). Só com essa presença constante e legitimidade na base poderemos convencer nossos colegas de trabalho à se (re)filiarem ao SINPRO e construir conosco uma alternativa.

3 - A greve de 2025

Não é de hoje que a Educação sofre com retrocessos que tem custado a saúde física e mental de seus profissionais. Ano após ano sente-se o empobrecimento da categoria, resultado de um salário defasado, corroído pela inflação. Quem não conhece um colega que se vê obrigado a trabalhar 60 horas semanais, abrindo mão de todo seu tempo livre, para conseguir pagar as contas do mês? Combinado a isso, o aumento da precarização das condições de trabalho: crescimento do número de contratos temporários, aumento da demanda de alunos com transtornos e necessidades especiais, sem a devida estrutura e formação; a pressão social, cobrança de resultados, tudo isso em um contexto onde a verba para a educação diminui, onde os projetos nas escolas só se sustentam a base de vaquinha, migalhas de emendas parlamentares, onde a educação pública do DF desmorona! Tudo isso vem fazendo crescer uma revolta na categoria, uma tentativa de buscar uma solução para essa situação desesperadora. Alguns abandonam a profissão, outros resolvem lutar por melhorias nas condições de trabalho.

Em 2025, como em outros anos, a revolta fez o grito pela greve ser inevitável. A greve, apesar de não estar sendo construída pelas lideranças sindicais, entrou na mente do magistério público do DF. A greve era o grito de Basta! A necessidade de tentar pôr fim a essa situação indignante a qual estamos submetidos cotidianamente. Assim, por mais que a diretoria quisesse adiar, ludibriar e atrasar a greve, como o fez a todo momento, já na primeira assembleia do ano (27 de março) a palavra “greve” já ecoava. A oposição Alternativa agitava pela greve, em consonância com os anseios da categoria.

Do carro de som a diretoria não tinha, de início, a intenção de convocá-la. A greve, em especial o seu fim, é um momento onde a diretoria tem se enfraquecido e perdido respaldo na categoria. Assim, a greve, ao invés de ser construída solidamente pela diretoria sindical, é segurada por eles até que ela seja inevitável. A nossa categoria, por experiência das últimas greves, simplesmente não conhece uma direção sindical que organize verdadeiramente e previamente o movimento paredista.

Para segurar a greve, a diretoria esboçava uma confiança cega na mesa de negociação. De cima do carro de som tentavam iludir a categoria. Parecia que a reestruturação da carreira (redução de 25 para 15 padrões, dobra dos percentuais de titulação e aumento salarial de 19,8%) e a convocação dos aprovados no último concurso seriam alcançados na próxima reunião, era só a categoria ter “inteligência”, confiar nos iluminados dirigentes sindicais e não “radicalizar”.

Mas a assembleia não engoliu esse discurso e a diretoria, vendo que a greve estava na boca dos professores, que a oposição havia se adiantado e proposto o indicativo de greve, mudou seu discurso. A diretoria teve que se fantasiar de “vanguarda responsável”. Para isso, utilizaram um mecanismo chulo, ludibriando a categoria. Em contraposição ao indicativo de greve propuseram um “estado de greve”, que ninguém explicou exatamente o que era, gerou uma grande confusão na categoria, e na prática não significava nada.

A propositada confusão deu tempo para a diretoria remanejar suas táticas. Ao ver que o governo não deu nenhuma proposta na mesa de enrolação a diretoria resolveu acatar os anseios da base de modo a combinar com seus interesses. Em meio a pressão da oposição e a negativa do governo, tiveram que defender a greve na assembleia seguinte (27/05) e a utilizaram também como mecanismo de propaganda eleitoral, como analisamos no tópico anterior.

3.1 - Os primeiros passos e desafios da greve

A greve de 2025 já iniciou criminalizada pelo governo. Antes mesmo do início, dia 2 de junho, o governo Ibaneis-Celina (MDB-PP) impôs uma multa milionária diária ao SINPRO e a autorização do corte de ponto para a categoria. “Nós vamos cortar o ponto, e eu quero ver quantos dias eles vão aguentar”, bradava o autoritário governador do DF. A secretária de educação, Hélvia

Paranaguá, debochava da Educação e, em meio a crise, viajou a passeio. Desde o início a categoria entendeu que essa seria uma greve dura.

Assamblea após assembleia a massa da categoria lotava o estacionamento da Funarte com convicção da justeza de sua luta. A burocracia sindical, sempre recuada, dava respostas e propostas de mobilização muito aquém do que uma luta desafiadora como essa exigia. Em resposta à multa milionária, o sindicato convocou um ato “simbólico” em sua sede, com sindicatos e movimentos manifestando apoio. Nada mais ilusório. Como “a prática é o critério da verdade”, esse ato foi um grande teatro, pois dali nada se materializou.

Nas assembleias gerais e regionais, nós do GLP e da Alternativa, defendemos inúmeras vezes a democratização na condução da greve. Insistimos que, diferente das greves anteriores que foram derrotadas também pelo peleguismo e autoritarismo da diretoria, que a base estivesse envolvida e fosse protagonista do movimento. De forma concreta, defendemos maioria da base no Comando de Greve e na Mesa de Negociação. Apresentamos a proposta no carro de som, mas como toda proposta que não agrada a diretoria, nem foi encaminhada para votação, fomos solenemente ignorados.

Alguns desavisados argumentavam que não é possível submeter tal proposta à assembleia, pois isso é trata-se de uma alteração no estatuto do SINPRO, mas a verdade é que há uma ausência de normativas sobre o Comando de Greve no estatuto do sindicato. Por isso, a burocracia sindical acaba se aproveitando desta lacuna para manobrar a condução da greve a seu bel-prazer. Decidem o que pode ou não ser feito de acordo com seus interesses e, inclusive, criam regras específicas a depender do diretor sindical que está conduzindo a mesa no momento. Há diversos relatos de normativas nas assembleias regionais aplicadas de modo diferente em uma ou outra regional, manipuladas de acordo com o interesse da diretoria.

Defendemos insistentemente a atuação conjunta com outras categorias, o que acabou acontecendo com o SindEnfermeiro (carro de som, praça, tenda, porém muito discurso mas pouca ação). O ato chamado pela CUT-DF no dia 23/06, após pressão coordenada da Alternativa nas assembleias regionais, se tratava de um “faixaço”: sem estrutura, transporte ou mobilização das

categorias comandadas pela central. Pelo contrário, o dito “ato da classe trabalhadora” foi propositadamente desmobilizado pelos próprios dirigentes sindicais! O presidente da CUT levou uma caixa de som e subiu em um dos bancos da Praça do Buriti para fazê-lo de palanque. Cena ridícula, vale ressaltar.

Mesmo os piquetes, que já perderam seu caráter combativo pois passaram há algumas greves a se restringirem ao “convencimento” e não impedir realmente o funcionamento de alguma escola/órgão, foram paulatinamente desmobilizados pela diretoria, sob o argumento que os piqueteiros precisavam descansar. O fato é que para a diretoria do PT/CUT e PCdoB a greve era uma mera estratégia eleitoral, vendo que já haviam vencido as eleições, ela perdeu o sentido de existir.

Na primeira reunião com a SEEDF (05/06), onde não houve nenhuma proposta a não ser a promessa de estudar a possibilidade de um aumento/concurso, a diretoria já queria acabar com a greve, há 3 dias do seu início, mas não conseguiram! Com a palavra de ordem “GREVE ATÉ A VITÓRIA” conseguimos fundir a Oposição e a base presente na assembleia revertendo a decisão do Comando de Greve, dominado pela burocracia sindical, de encerrar a greve prematuramente.

Mas o trabalho de desmobilização continuava. A todo momento os diretores do SINPRO se diziam cansados, desanimados e espalhavam o sentimento de derrota em todos os espaços que havia palanque. Utilizando-se de dados sem nenhuma pesquisa séria, diziam que a categoria estava toda nas escola. Um diretor sindical chegou a dizer na assembleia regional do Plano Piloto que os únicos que estavam em greve eram aqueles que ali estavam na dita assembleia regional. Um desrespeito com a categoria que lotava, cada vez mais, as assembleias gerais!

3.2 - Falidas estratégias da burocracia sindical: cretinismo parlamentar e criminalização da ação direta

Decidir uma vez em cada certo número de anos que membro da classe dominante reprimirá, esmagará o povo no parlamento, eis

onde está a verdadeira essência do parlamentarismo burguês, não só nas monarquias constitucionais parlamentares mas também nas repúblicas mais democrática (LENIN, O Estado e a Revolução)

Como vimos, a burocracia sindical da CUT está cada vez mais alheia as lutas e aquém das necessidades da categoria e da classe trabalhadora em geral. Ao longo dos anos a política já reformista da CUT foi sendo ainda mais infiltrada pelo peleguismo e pelo servilismo ao PT e ao sistema. Quem acompanha a trajetória do SINPRO vê, greve após greve, se aprofundarem táticas que retiram a capacidade política dos professores e a tutelam ao Estado, em especial aos partidos. Após cada nova derrota conduzida pela burocracia sindical, segue-se a ridícula ameaça de não votar em político X ou Y.

A greve de 2025 foi sintomática. É próprio de um modelo sindical pelego e burocrático não conseguir dar respostas para o enfrentamento contra governos duros e intransigentes como o de Ibaneis. Apostam em apoio parlamentar e criminalizam toda e qualquer tentativa de ação direta protagonizada pela categoria. Ao mínimo sinal de espontaneidade da base, nos poucos atos que houveram nessa greve, como na via N1, a diretoria entra em modo alerta. Redirecionam os professores de modo a voltarem rápido para o Buriti e liberarem a via de acesso. Aos professores que tentaram permanecer utilizaram a nova oratória da esquerda liberal brasileira: “não queremos ser como o vândalos/terroristas do 8 de janeiro”!

O 8 de janeiro de 2023 é a “cereja do bolo” que a esquerda liberal precisava para, definitivamente, criminalizar as lutas que ameaçam sua hegemonia no interior dos sindicatos, movimentos sociais, estudantis e demais organizações populares. Afinal, se ocupar vias, órgãos públicos, enfim, utilizar-se de ação de direta é ser “vândalo e terrorista”, então a luta da classe trabalhadora (sem-terra, indígena, quilombola, operária, etc) é baseada no vandalismo!

Lembremos que nós mesmos utilizamos de ação direta em 2015, quando fechamos as duas saídas do eixão (norte e sul). Aquela importante ação hoje é lembrada pela burocracia como “massacre do eixão”. Ao invés de ressaltar a força da categoria que parou uma cidade, fortalecem o papel de

vítima, uma memória traumática ao invés de potente. Cenas de luta que com essa diretoria não devem nunca mais se repetir! As greves seguintes a 2015 se abstiveram de qualquer ação mais radical, apesar de muitas vezes nos discursos iniciais das greves a diretoria se arrogar como combativa, na prática serve como agente desmobilizador da categoria.

A verdade é que todas as cenas de luta dessa greve estão na conta da Oposição Alternativa, da qual participa ativamente o GLP. As duas ações na sede da Secretaria de Estado de Educação, que fica dentro do ID Shopping, foram impulsionadas e mantidas pela Alternativa. Na primeira oportunidade, a diretoria sindical “avisou” que tinha subido uma “comissão de negociação” para conversar, desmobilizando a ação coletiva. Na segunda ação direta da categoria, muito spray de pimenta e até Tropa de Choque da PM dentro do Shopping, o que gerou comoção popular, mas não passou disso. A ação direta da classe trabalhadora é fundamental, “por todos os meios necessários”, diferente da criminalização que o neoliberalismo vestido de vermelho-pastel faz dos métodos mais combativos. A ação direta precisa ser levada a sério, bem organizada e planejada.

O pseudo-pacifismo da diretoria se alia a seu *cretinismo parlamentar*. Lenin, no século XX, direcionou a expressão cretinismo parlamentar aos oportunistas, que consideravam que o sistema parlamentar é onipotente, e a atividade parlamentar a principal forma de luta política em todas as condições. Eis a síntese do que se tornou a burocracia sindical da CUT e do SINPRO.

Quem não lembra da quantidade de políticos nas assembleias, distribuindo santinhos e fazendo falas no carro de som? Enquanto a burocracia anunciava que os deputados estavam do nosso lado os mesmo nada faziam de efetivo. O maior exemplo desse “fruto envenenado” do cretinismo parlamentar foi a atuação do deputado Chico Vigilante (PT), que no dia 17 de junho, durante “obstrução” das pautas do governo na CLDF, afirmou que o governador ligou e disse que estava “disposto a negociar tudo”. Na prática, o resultado de todo esse “apoio” não teve nenhum resultado, apenas elucidou os seus claros limites, sua função desmobilizadora e blefadora. Após isso a diretoria impôs um hiato de praticamente uma semana sem nenhuma ação sindical grevista. Era o “apito de cachorro” para a claque preparar o fim da greve.

Se os deputados não contribuíram em nada com nossa luta, a não ser proferindo belos discursos sem grande efetividade, o sindicato contribuiu bem com a propaganda para eles. Utilizam do sindicato como trampolim eleitoral e como base eleitoral para deputados da “esquerda”, em especial do PT e PCdoB. Aqui é importante também criticar todos aqueles que, vinculados à diretoria ou não, se utilizaram da greve para se autopromover e/ou construir suas candidaturas, como foi caso de professores youtubers e até mesmo membros da oposição. Nós não concordamos com esse caminho.

O cretinismo parlamentar e o pseudo-pacifismo da burocracia sindical não fortalecem a luta da categoria, mas sim favorecem o sistema capitalista neoliberal e seus cúmplices. Esta tática subordina as lutas aos partidos políticos e aos limites da ordem. Definem erroneamente o parlamento e a justiça burguesa como principais arenas de disputa política possível. Quem não lembra da importância dada ao advogado do SINPRO? Fazendo *lives* e até falas desmobilizando a greve no carro de som? A que ponto chegamos!

3.3 - O fim da greve e o ponto máximo do conflito direção-base

O fim da greve foi desastroso, mas isso não é novidade, o final das últimas greves (2015, 2017, 2021) foram igualmente questionáveis. Os métodos corriqueiros do nosso sindicato são antidemocráticos, mas nas assembleias de fim de greve eles se aprofundam. Não costuma haver espaço para falas divergentes no carro de som, as inscrições e a ordem das falas são organizadas de forma nada transparente (na base do empurra-empurra, gritaria), a votação “por contraste” é duvidosa e sempre brotam claques e integrantes da CUT de outras categorias na frente do carro de som gritando pelo fim da greve. Muitas vezes servem como bate-paus, agredem (verbalmente e fisicamente) professores contrários a proposta da diretoria, inventam mentiras, deslegitimam em grupos de whatsapp. Nada mais emblemático da atual fase da CUT do que o fato de que só aparecem em peso nas assembleias dos professores, trazendo gente de outras categorias, para acabar com as nossas greves!

Bem, esse circo não é novidade para os mais antigos. A novidade na greve de 2025 foi o desespero da diretoria em acabar a greve tão rápido e a qualquer custo, mas também a forte determinação da categoria para continua-la até a vitória. O medo de ter que pagar a multa milionária, imposta injustamente pelo governo, fez com que o sindicato apressasse o fim da greve. Entretanto, ao avaliarem que o sindicato poderia ser “destruído” pela falência imposta pela multa, esqueceram que a destruição de um sindicato não é necessariamente sua falência financeira mas sim sua falência política, onde deixa de ser representativo, onde se distancia de sua base. Um sindicato que perde seu dinheiro, mas com uma base forte, pode ser reconstruído. Um sindicato que perde sua força política, o apoio da base, perde o sentido de existir.

Mas, para a burocracia sindical, é mais importante garantir um sindicato forte economicamente do que politicamente. Por isso, mesmo com uma assembleia gritando contra o fim da greve durante 9 falas (o silêncio apenas ecoou na fala de uma companheira da Oposição), evidenciando o peleguismo e entreguismo da burocracia; mesmo sem proposta digna para a ampla massa de professores, os contratos temporários; mesmo sem aumento real no salário (exceto para o seletor grupo de professores efetivos com pós-graduação) e, o pior, mesmo a burocracia sindical tendo perdido a votação, onde claramente foi aprovada a continuidade da greve, a burocracia sindical decretou o seu encerramento à revelia da categoria.

A revolta da categoria no fim da assembleia, rasgando os cartões de votação, queimando as camisetas, partindo para cima do carro de som, escrachando os diretores é a expressão mais intensa do conflito direção-base. A diretoria que aí está não representa os anseios da categoria. Desrespeita as suas bases, se aproveita da desmobilização para se manter no poder, responsabiliza a categoria, mesmo recusando-se a escutá-la a empoderá-la. A categoria encontra-se cada vez mais silenciada exatamente por aqueles que deveriam ecoar suas vozes. A burocracia sindical chegou a chamar a polícia para reprimir os professores indignados com a traição. A confusão quase se generalizou, a segurança privada do SINPRO-DF foi acionada e o presidente da CUT-DF, Rodrigo Rodrigues, foi embora ao som tumultuoso

das vaías e impropérios. O golpe na assembleia foi tamanho que gerou rupturas e abalos na claqué.

O pós-assembleia reverberou em duas ações impulsionadas de forma desordenada por alguns professores: a primeira foi a campanha de desfiliação, que já surgiu em outras situações e que é uma saída individual para extravasar o descontentamento; a segunda foi a tentativa de judicialização do resultado da assembleia. A partir da convicção de que houve uma manobra do resultado da assembleia, onde a diretoria não agiu em conformidade com o estatuto, professores tentaram impulsionar uma ação de judicialização com o intuito de destituir a atual direção.

Apesar de considerarmos as ações legítimas, pois são a expressão da digna raiva da categoria, não as defendemos pois não acreditamos que sejam o caminho pra fortalecer a luta da categoria. A desfiliação é uma ação individual e, como tal, não condiz com as necessidades de organização da classe trabalhadora. Desfiliar-se do sindicato sem perspectiva de construção de outro instrumento de luta não contribui com o avanço da categoria. Já a judicialização é uma ação que delega ao Estado burguês o julgamento, decisão e ação de um organismo da classe trabalhadora. É a mais pura expressão da perda de autonomia da categoria, entregá-la ao Estado para que resolva um problema que nós enquanto categoria não resolvemos.

O fato é que na greve de 2025 a cisão base-direção foi expressiva e é um momento crucial para reflexões e mudanças de rumo. A burocracia sindical se espantou, se vitimizou, e, ao seu modo, aprendeu. Mas o aprendizado gerado pela burocracia não foi no sentido de democratizar o sindicato e dar voz às bases mas sim de garantir seus cargos, benefícios, enfim, a sua perpetuação enquanto burocracia no poder. Em resposta aos comentários raivosos nas páginas e lives do sindicato, fecharam comentários, apagaram, bloquearam e até mesmo fizeram boletim de ocorrência contra professores!

4 - CTE, o golpe final

Sobre o 13º Congresso dos Trabalhadores em Educação (CTE), o congresso do SINPRO, nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2025, fazemos o alerta: não satisfeita com as manipulações prévias e hodiernas à greve, a diretoria

busca ampliar e concentrar seu poder, se encastelando no sindicato como plantas parasitas que necessitam do sindicato hospedeiro.

Esse CTE de 2025 é estatutário. A forma como a diretoria encaminha o pré-congresso já aponta seus limites, visto que as propostas de reforma estatutária não estão sendo discutidas previamente e amplamente com a categoria. Não há passagem em escola para discuti-las e divulgá-las e, até o momento, não houve ampla divulgação da assembleia geral que irá decidir sobre a sua ratificação. Os mais atentos delegados souberam da proposta apenas com 1 mês de antecedência. Além disso, a dita assembleia está marcada para um dia e horário absurdos: domingo à tarde, após um feriado.

Em visita às escolas, quando indagada sobre a tese de sua gestão para o congresso, uma diretora sindical tergiversou e afirmou que “questões relacionadas ao congresso serão tratadas no congresso”. Essa é a postura geral da diretoria, com uma prática obscurantista, negando a informação transparente à base, pois sabem que seus podres e mesquinhos interesses seriam rejeitados se abertos para o debate amplo. Suas muletas são os métodos burocráticos, a trapaça e o uso da estrutura para benefício próprio.

Como dissemos a diretoria aprendeu com os últimos acontecimentos, mas não no intuito de democratizar e sim de concentrar o seu poder. Podemos resumir algumas das principais propostas da atual diretoria para a reforma estatutária do SINPRO:

- 1) aumento do número de diretores sindicais (de 39 para 45)**
- 2) aumento do número de secretarias (de 13 para 15)**
- 3) substituição de diretores suplentes para diretores adjuntos (5 pessoas)**
- 4) aumento no mandato da diretoria (3 para 4 anos)**
- 5) aumento do tempo mínimo de filiação para poder votar da eleição sindical (6 para 12 meses)**
- 6) votação por sistema híbrido (até então estava prevista a utilização de urnas eletrônicas da justiça eleitoral);**
- 7) diminuição do quórum de votantes (30 para 20%) e computação dos aposentados para o quórum.**

As alterações apontadas nos pontos 1, 2 e 3 são, na prática, o aumento da máquina sindical. Estão previstos 55 diretores, mesmo que 5 deles sejam adjuntos, aumentando assim o número de cargos, salários e benefícios. A preocupação com as finanças do sindicato apenas aparece em momentos de greve, mas para inchar e garantir cargos para a claqué e a base cutista isso não é um problema, é inclusive proposto pelos “responsáveis” dirigentes sindicais. Enfim, mais combustível para as práticas clientelistas e a troca de favores na manutenção do poder da burocracia sindical.

O ponto 4, que trata do aumento do mandato de 3 para 4 anos, é um escárnio. Não satisfeitos em controlarem o sindicato há cerca de 3 décadas, querem concentrar ainda mais o poder em suas mãos. Mais gente, mais tempo de mandato, mais dificuldades e regras para formação de chapas alternativas e concorrentes.

O ponto 5 é extremamente problemático, ataca justamente os temporários, que costumam ter uma contribuição mais flutuante visto que o trabalho é igualmente instável. Este ponto leva à marginalização da maioria da categoria em sala de aula. Nos questionamos: qual a intenção disso? Na prática estão empurrando os temporários para a formação de uma outra entidade representativa visto que o SINPRO está enrijecendo as regras para sua participação e, conforme observado na última greve, negligenciando suas pautas. A pergunta é: a CUT já está de olho nessa possível divisão da categoria (e possível criação de novo aparato sindical para parasitar) ou está sendo apenas negligente e irresponsável com o setor mais expressivo e precarizado da nossa categoria?

Em todos os casos, as propostas de mudança estatutárias da atual diretoria são absolutamente execráveis, vão na contramão dos anseios da categoria e terão consequências nefastas. Mais um vez, a diretoria do SINPRO está brincando com fogo. Na busca pelo poder absoluto do sindicato, podem acabar de fato destruindo o sindicato. Apesar dos apelos pela unidade, estão de fato dividindo e fragmentando a categoria. Uma das características do poder burocrático é não querer ceder o seu poder, se utilizando de trapaceiras para criar uma maioria e uma legitimidade artificiais, ou seja, falsas. Mas “a mentira tem perna curta” e a “paciência tem limite”.

4) Conclusão: Professores do povo, trabalhar mais e mais pela base!

Aos poucos uma parcela cada vez maior da categoria vai tomando consciência das amarras burocráticas que aprisionam a nossa luta e as consequências que isso têm nas nossas vidas. Esse ano de 2025 foi elucidativo quanto a isso. Ao fim e ao cabo o modelo sindical do SINPRO é exatamente o oposto daquilo que devíamos ter: é muito forte internamente, para se perpetuar no poder e controlar a categoria, mas é absolutamente frágil externamente, frente aos governos, para defender os nossos direitos e a educação dos filhos da classe trabalhadora.

Por outro lado, para ser justos com a análise, temos que fazer aqui também a crítica a um setor da categoria que, passe o que passar, mesmo diante de todos os absurdos, segue fiel à atual diretoria, daqueles que votam e apoiam essa mesma burocracia há 30 anos, indiferentes aos males e responsabilidades que têm sobre as nossas condições de trabalho e de vida. Também aos indiferentes que fingem que tudo isso não é com eles, que não vão às assembleias, não fazem greve, ou se fazem algo, não se envolvem seriamente nem tentam entender a luta sindical, seja por desilusão, seja por analfabetismo político. Uma coisa é certa: sem o envolvimento da base num projeto de mudança do SINPRO, sem uma certa consciência e compromisso coletivo, não conseguiremos vencer, ficaremos estagnados, será o “cada um por si”, e as coisas certamente vão piorar. A atitude média da categoria precisa mudar!

Também defendemos, como Grupo Libertação Popular (GLP), que a política de oposição precisa mudar, o período entre o fim da greve e o CTE deixou isso bem claro. O vazio deixado pela diretoria, com medo de pisar nas escolas, não foi preenchido pelo trabalho de base e conscientização em peso da oposição unificada, afora uma ou outra iniciativa. Existe uma tradição de apego e superdimensionamento, de alguns setores de oposição, das instâncias oficiais do sindicato, mal direcionando as energias e esperanças na disputa dessas instâncias, sem ver que são viciadas e manipuladas. Essa política é um erro e faz com que a Oposição não se desenvolva,

fique estagnada. Leva a uma posição de eternas vítimas e denunciadores da política pelega e burocrática, mas sem construir de fato os meios para virar o jogo. Um exemplo é o CTE, se um trabalho de base prévio não é feito, pouco ou nada se conseguirá disputar seriamente lá.

A disputa das instâncias do sindicato é importante, mas nós já dissemos e reafirmamos: a saída estratégica é pela base, a mudança virá de baixo para cima. Não temos vocação pra ilusões. E se a oposição unificada como um todo ainda não está convencida disso, se tem grupos e partidos de oposição que não entendem ou discordam, tudo bem, nós do GLP manteremos a política de unidade mas também conduziremos em separado um trabalho de base paciente, humilde, mas constante e estratégico.

Para o encaminhamento estratégico do trabalho de base nós do GLP propomos algo a mais do que passar mecanicamente em um X números de escolas, propomos a construção de um novo tipo de militância no magistério, com uma linha classista e combativa, é o que chamamos de professores do povo, ou seja, professores que encarnem as melhores características da luta classista, aproveitando a sua posição como professor. O centro desse novo perfil militante é uma visão profundamente classista, não corporativista, que conjugue o papel do professor como liderança sindical de base se projetando também como liderança comunitária, com envolvimento nas lutas da comunidade escolar, de projetos comunitárias nas quebradas, de apoio aos movimentos populares, ao movimento estudantil secundarista, assim como se coloque como liderança sindical em diálogo e articulação com os outros servidores das escolas.

Não vamos reinventar a roda, muitos professores já fazem isso integral ou parcialmente, sob as mais variadas motivações. Esses professores costumam conquistar um grande respaldo nas comunidades e dentro das suas escolas. Inclusive, não são poucos os casos de professores pastores que possuem uma certa atuação comunitária e se aproveitam da posição de professor para potencializar isso. Ou professores envolvidos com movimentos sociais e culturais em suas comunidades. Queremos transformar essa prática já existente e possível, de algo esparsa, desorganizada, individual, em parte de um projeto estratégico mais amplo, coeso, organizado.

Assim, o trabalho de base deve se expandir pelas regionais, partindo dos locais de trabalho e se expandindo para a comunidade, para outras escolas e categorias de trabalhadores. O professor do povo pode atuar individualmente se for preciso, mas de preferência em grupo, buscando ingressar novos camaradas aos grupos de ação e ao GLP. Como esse trabalho de base vai se desenvolver concretamente vai depender das condições e do planejamento. Porém, para os professores do povo vale a máxima do grande Marighella: “a ação faz a vanguarda”. Ao contrário das correntes sindicais que amam reuniões e aparatos burocráticos, os professores do povo se lançam à ação, pois estamos certos de que a nova vanguarda classista se forjará nas lutas, não nos gabinetes.

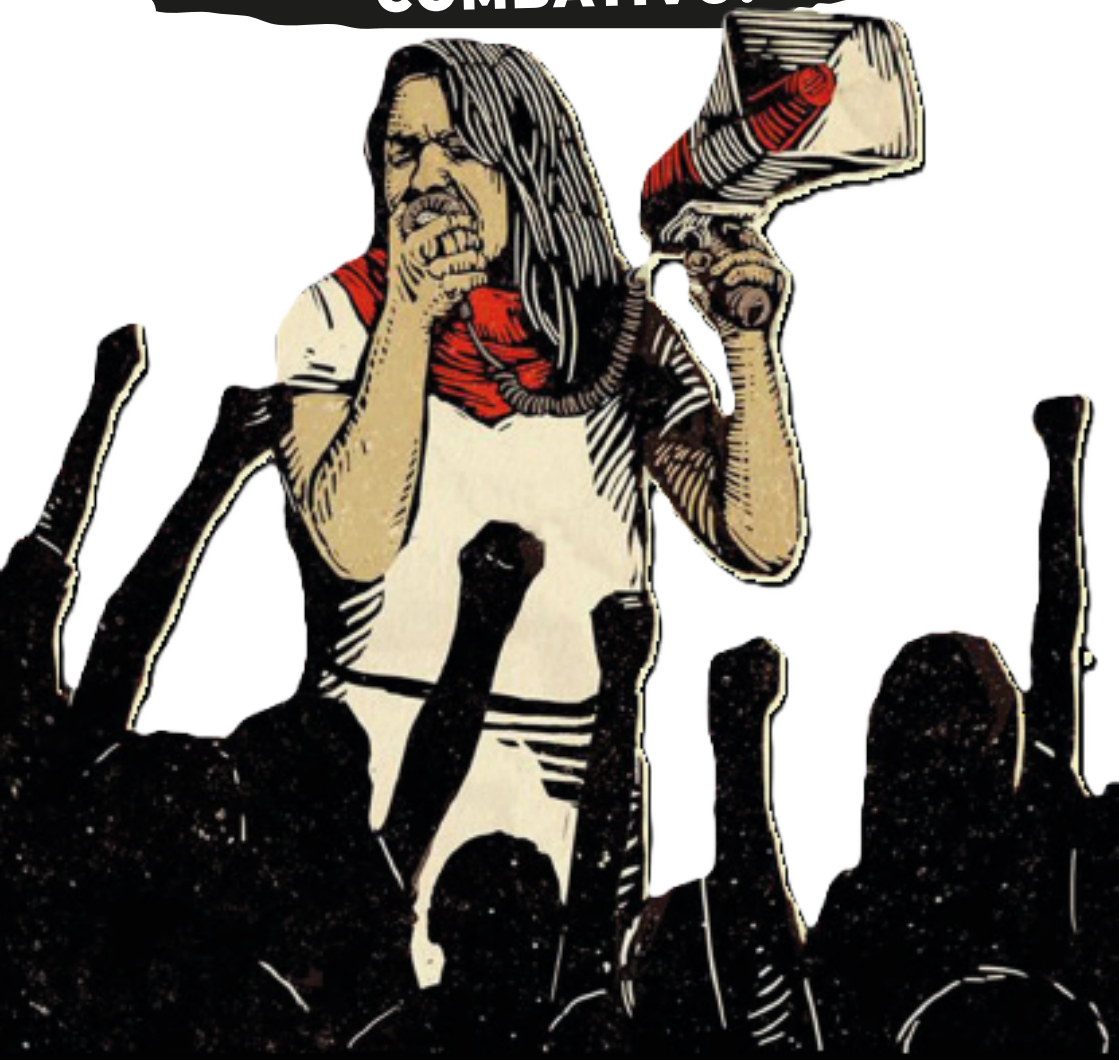
O trabalho de base dos professores do povo deve fortalecer de forma ampla a oposição unificada Alternativa. Porém, reconhecendo as suas limitações e as nossas diferenças com as demais correntes sindicais, devemos buscar expandir a organização do GLP e, conseqüentemente, os grupos de ação pela base, reunindo aqueles professores que amam o seu povo e a sua classe, aqueles que são amigos do povo, que tem compromisso com a causa do povo, que estão dispostos a “arregaçar as mangas e botar o pé no barro”, aqueles que não se guiam por interesses eleitoreiros e oportunistas e sim por um ideal socialista revolucionário de libertação dos trabalhadores.

O SINPRO que queremos amanhã nós devemos construí-lo hoje, e essa coerência com o que se diz e o que se faz, entre os meios e fins, trará legitimidade para a política de oposição na categoria. O novo SINPRO que queremos construir não só renascerá de baixo para cima, pelo poder transformador e anti-burocrático da base, mas também renascerá com uma nova prática e ideal de luta sindical, profundamente classista, aliada dos trabalhadores e do povo pobre, nas escolas e comunidades, aliada dos movimentos populares, interessada nas lutas por uma nova educação a serviço do povo e pelas grandes transformações sociais que o nosso país necessita.

**JUNTE-SE A NÓS NESSA LUTA!
CONSTRUA O GLP!**

**POR UM SINPRO DEMOCRÁTICO,
INDEPENDENTE DE LUTA!**

**IR AO POVO! CONSTRUIR UM
SINDICALISMO CLASSISTA E
COMBATIVO!**



O SINPRO que queremos amanhã nós devemos construí-lo hoje, e essa coerência com o que se diz e o que se faz, entre os meios e fins, trará legitimidade para a política de oposição na categoria. O novo SINPRO que queremos construir não só renascerá de baixo para cima, pelo poder transformador e anti-burocrático da base, mas também renascerá com uma nova prática e ideal de luta sindical, profundamente classista, aliada dos trabalhadores e do povo pobre, nas escolas e comunidades, aliada dos movimentos populares, interessada nas lutas por uma nova educação a serviço do povo e pelas grandes transformações sociais que o nosso país necessita.



GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR - GLP
glp.nacional@inventati.org • www.oamigodopovo.noblogs.org